



UBS BB Holding Financeira S.A.
CNPJ nº 13.141.497/0001-00

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026. **Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da UBS BB Holding Financeira S.A. (Companhia), elaboradas de acordo com as normas e instruções do Banco Central do Brasil e observando as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações...

Relatório da Administração
exercício findo em 31 de dezembro de 2025, lucro líquido de R\$ 55.890 mil, comparado a R\$ 91.043 mil no mesmo período de 2024. Gerenciamento de riscos: A avaliação de risco do UBS BB é centrada no alinhamento entre a estratégia de negócios, a identificação de riscos e a classificação de materialidade...

Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)
Ativo: Disponibilidades, Instrumentos financeiros, Outros ativos, Impostos a compensar, Investimentos, Total do Ativo.
Passivo: Outros passivos, Patrimônio líquido, Capital Social, Reservas de lucros, Outros resultados abrangentes, Total do Passivo.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)
Reservas de lucros: Capital Social, Legal, Outras Estatutária, Outros resultados abrangentes acumulados, Lucros Total.

Saldo em 31 de dezembro de 2023
Amortização de ágio - Incorporação reversa
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo, líquidos de tributos
Dividendos distribuídos
Lucro líquido do exercício
Destinações: Reserva legal, Dividendos obrigatórios, Reserva estatutária

Saldo em 31 de dezembro de 2024
Amortização de ágio - Incorporação
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo, líquidos de tributos
Lucro líquido do exercício
Destinações: Reserva legal, Dividendos obrigatórios, Reserva estatutária

Saldo em 31 de dezembro de 2025
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)
1. Contexto operacional: A UBS BB Holding Financeira S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, SP na Av. Brigadeiro Faria, CEP 04538-132 e possui como objetivo social a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil...

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: a) Base de elaboração: As demonstrações financeiras da Companhia são de responsabilidade da Administração e, em virtude da atuação exclusiva como holding de instituições financeiras, suas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, constituenciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. O resultado e a posição financeira da Companhia estão expressos em milhares de reais, sendo a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras. O balanço patrimonial está apresentado por ordem decrescente de liquidez e exibi- lidade. A diretoria aprovou e autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2026. b) Julgamentos e estimativas contábeis significativas: No processo de elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerceu o melhor de seu julgamento e utilizou estimativas para calcular os valores reconhecidos nestas demonstrações. c) Continuidade: A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, desta forma, as demonstrações financeiras foram preparadas sob a premissa de continuidade. d) Instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial foi derivado de preços cotados em mercado ativo ou determinados utilizando-se modelos matemáticos para precificação. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis: A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos de demandas judiciais e extrajudiciais, com base em avaliação de risco e estimativa da Administração, apoiada por parecer de assessores legais, quanto à possibilidade de dispêndio de recursos financeiros e à determinação de seus respectivos montantes. c) Pronunciamentos, alterações e interpretações existentes: As políticas contábeis adotadas pelo conglomerado UBS Brasil, são aplicadas de forma consistente durante todo o exercício apresentado nessas demonstrações financeiras e de maneira uniforme para os períodos comparados. b) Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração: Os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Custo amortizado (CA), utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. • Valor justo por meio do resultado (VJR), utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Não há posições de instrumentos financeiros na Corretora classificadas nesta categoria. Os dois critérios que são considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros são: o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros. Modelo de negócios: reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa. O modelo de negócio determina também se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos; e Características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros: identificação dos fluxos de caixa do ativo que constituem apenas pagamento de principal e juros, por meio da aplicação do teste de SPPJ (Somente pagamento de principal e juros). O teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da origem, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente" pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste da "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. A Companhia utiliza o método de juros efetivos no cálculo da receita ou despesa de juros para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o qual considera custos e taxas diretamente atribuíveis na origem do contrato, como comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato e as taxas de prêmio e de desconto. Os rendimentos contidos quando superiores a 1% das receitas ou encargos totais do instrumento. Conforme artigo 9º da Resolução 4.966/21 os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. c) Outros ativos e passivos: Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais e perda por impairment, quando líquida necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os acréscimos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos. Os demais ativos e passivos da Companhia estão classificados como custo amortizado, conforme o Art. 4º e 9º da 4.966/21. d) Redução ao valor recuperável de outros ativos (impairment): Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Conforme o Artigo 2º da Resolução CMN nº 4.921/20, o teste dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Companhia testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do exercício. No exercício não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos. e) Investimentos: Referente à participação em sociedades controladas no País que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. f) Impostos e contribuições: Tributos correntes: A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social está calculada à alíquota de 9%. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa acumulada. Esses impostos diferidos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos quando a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável, dentro do prazo de 10 anos. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. g) Provisões, passivos e ativos contingentes: O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo. Ativos: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usual-

mente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Passivos: são reconhecidos quando, baseado no opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com risco de perda possível são apenas divulgados e nenhuma provisão é reconhecida. Os passivos contingentes com o risco de perda remota não requerem divulgação e provisão. Obrigações legais: quando existentes, são reconhecidas nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito. Estão representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade. h) Apuração de resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério pro rata dia. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial. i) Lucro por ação: A Companhia apresenta informações sobre o resultado por ação básico e diluído dividindo-se o lucro atribuível pela quantidade de ações. j) Resultado recorrente e não recorrente: Resultados não recorrentes são os resultados que se repetem com as atividades típicas das instituições financeiras habituais e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes correspondem às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota 12. k) Receitas e despesas intragrupos - intercompany: O rateio de despesas é o processo de distribuição de custos compartilhados entre áreas e empresas, de forma proporcional ao benefício recebido. As despesas são identificadas e alocadas com base em critérios pré-definidos, como tempo dedicado, número de funcionários ou recursos utilizados. Dependendo da distribuição de custos as entidades do grupo UBS podem receber ou pagar essa distribuição de custos mencionada. Esses montantes estão apresentados na nota 10. l) Instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros estão classificados e compostos conforme demonstrado abaixo:

Demonstrações do resultado e lucro líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)
Resultado da intermediação financeira
Resultado de operações com instrumentos financeiros
Receitas (despesas) operacionais
Administrativas e gerais
Publicações, publicidade e propaganda
Tributárias
Reembolso de despesa intragrupo - Intercompany
Diversas
Resultado de participações em controladas
Resultado operacional
Resultado antes dos tributos e participações
Tributos sobre o lucro
Correntes
Lucro líquido dos exercícios
Nº de ações
Lucro líquido por ação
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)
Lucro líquido do exercício
Outros resultados abrangentes
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Eleito tributário sobre ativos financeiros
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado
Amortização de ágio - Incorporação reversa controlada
Total do resultado abrangente do exercício
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)
Atividades operacionais
Lucro líquido do exercício
Ajustes que não afetam o caixa
Resultado de participações em controladas
Lucro (Prejuízo) ajustado no exercício
Variações em de ativos e passivos
Instrumentos financeiros
Outros ativos
Impostos a compensar
Outros passivos
Impostos pagos
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais
Fluxo de caixa das atividades de investimento
Dividendos recebidos
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento
Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Dividendos pagos
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento
Aumento(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício
Aumento(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

próprio conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Dividendos: Conforme o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado os dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do período, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme Art. 202 da Lei 6404/76. Houve pagamento de dividendos em 2025 de R\$ 43.988 em 28 de abril de 2025 conforme Assembleia Geral Extraordinária. Em 31 de dezembro de 2025 foi provisionado o valor de R\$ 13.774 de dividendos, que será deliberado na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2026. 10. Partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). a) Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

Ativo (passivo) Receita (despesa)
31/12/2025 31/12/2024 31/12/2025 31/12/2024
Valores a receber e a pagar de sociedades ligadas:
UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.¹
UBS BB Banco de Investimentos
UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.²
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.³

1 montantes referentes a reembolsos de despesas administrativas/operacionais conforme contrato de rateio entre as empresas do Grupo UBS. 2 montantes referentes a dividendos mínimos obrigatórios a receber das controladas. 3 montantes referentes a dividendos mínimos obrigatórios a pagar, conforme estatuto. b) Remuneração de pessoal-chave da Administração: Não houve remuneração de pessoal chave no exercício. 11. Gerenciamento de riscos: Desde a mudança no escopo do Conglomerado Prudencial do UBS Brasil em 2024, o gerenciamento de risco das entidades financeiras apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos nossos clientes a respeito de nossa opinião, em outros aspectos, do alcance do planejamento, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O
Emerson Morelli
Contador
CRC SP-249401/O

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis adotadas pelo Grupo UBS BB são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e de maneira uniforme para as empresas do grupo. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. b) Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração: Os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Custo amortizado (CA), utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. • Valor justo por meio do resultado (VJR), utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Não há posições de instrumentos financeiros na Corretora classificadas nesta categoria. Os dois critérios que são considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros são: o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros. Modelo de negócios: reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa. O modelo de negócio determina também se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos; e Características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros: identificação dos fluxos de caixa do ativo que constituem apenas pagamento de principal e juros, por meio da aplicação do teste de SPPJ (Somente pagamento de principal e juros). O teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da origem, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente" pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste da "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. A Companhia utiliza o método de juros efetivos no cálculo da receita ou despesa de juros para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o qual considera custos e taxas diretamente atribuíveis na origem do contrato, como comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato e as taxas de prêmio e de desconto. Os rendimentos contidos quando superiores a 1% das receitas ou encargos totais do instrumento. Conforme artigo 9º da Resolução 4.966/21 os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. c) Outros ativos e passivos: Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais e perda por impairment, quando líquida necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os acréscimos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos. Os demais ativos e passivos da Companhia estão classificados como custo amortizado, conforme o Art. 4º e 9º da 4.966/21. d) Redução ao valor recuperável de outros ativos (impairment): Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Conforme o Artigo 2º da Resolução CMN nº 4.921/20, o teste dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Companhia testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do exercício. No exercício não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos. e) Investimentos: Referente à participação em sociedades controladas no País que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. f) Impostos e contribuições: Tributos correntes: A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social está calculada à alíquota de 9%. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa acumulada. Esses impostos diferidos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos quando a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável, dentro do prazo de 10 anos. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. g) Provisões, passivos e ativos contingentes: O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo. Ativos: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usual-

Circulante
31/12/2025 31/12/2024
Sociais e estatutárias - dividendos a receber - controladas
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 10)

Depósitos judiciais, provisões, passivos e ativos contingentes: Passivos contingentes: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não estava envolvida em ações judiciais ou administrativas, classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como de perda possível. 7. Investimentos: a) Investimentos em coligadas e controladas:
UBS BB Holding Financeira S.A. CCTVM S.A. Total
Investimento S.A. CCTVM S.A. Total
2025 2024 2025 2024 2025 2024

Capital social
Patrimônio líquido
Resultado do exercício
Quantidade de ações possuídas
Participação no capital total - %
Dividendos distribuídos
Resultado de equivalência
Valor contábil do investimento
Movimentação do saldo de investimentos:

Saldo anterior
Equivalência patrimonial
Dividendos a receber
Ajuste de avaliação patrimonial
Equivalência patrimonial - MTM
Saldo atual

8. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é a seguinte:
31/12/2025 31/12/2024
Correntes
Resultado Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes
Não tributável/não dedutível:
Resultado de participações em controladas
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social
Despesas Indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

9. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social está representado por 339.605 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 427.714. Reserva de lucros - Reserva Legal: Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Reserva de Lucros - Reserva estatutária: Conforme o Estatuto Social da Companhia, a reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia e é constituída em até 100% do lucro líquido apurado conforme legislação vigente, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social. Juros sobre capital próprio: Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram pagos juros sobre capital

de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos nossos clientes a respeito de nossa opinião, em outros aspectos, do alcance do planejamento, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O
Emerson Morelli
Contador
CRC SP-249401/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos nossos clientes a respeito de nossa opinião, em outros aspectos, do alcance do planejamento, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O
Emerson Morelli
Contador
CRC SP-249401/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos nossos clientes a respeito de nossa opinião, em outros aspectos, do alcance do planejamento, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O
Emerson Morelli
Contador
CRC SP-249401/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos nossos clientes a respeito de nossa opinião, em outros aspectos, do alcance do planejamento, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O
Emerson Morelli
Contador
CRC SP-249401/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditor